



EDITORAS

Iná Rosa da Silva
Manoela Rossinetti Rufinoni
Vanessa Kraml

PROJETO GRÁFICO

Milena Leonel

PRODUÇÃO

Ana Clara Queiroz

AUTORES

Angela Rosch Rodrigues
Caroline Naves
Claudia S. Rodrigues de Carvalho
Eduardo Ferroni
Elizabeth Amorim de Castro
Flavia Peretto
Inês El-Jaick Andrade
Jorge Eduardo Lucena Tinoco
José Antonio Chinelato Zagato
Luis Henrique Castillo Narrea
Maria da Graça Rodrigues Santos
Maria Lúcia Bressan Pinheiro
Marly Rodrigues
Pablo Hereñú
Paulo César Garcez Marins
Raquel Schenkman
Renata Vieira da Motta
Renato da Gama-Rosa Costa
Roberto Toffoli
Rosane Piccolo Loretto
Sílvia Alessio
Solange Ferraz de Lima
Vânia Carneiro de Carvalho

CAPA

Museu do Ipiranga, Hélio Nobre, 2014

EDITORA

GAPS editora

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

editorial@revistarestauro.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@revistarestauro.com.br

www.revistarestauro.com.br



Manoela Rossinetti Rufinoni, Iná Rosa da Silva, Vanessa Kraml

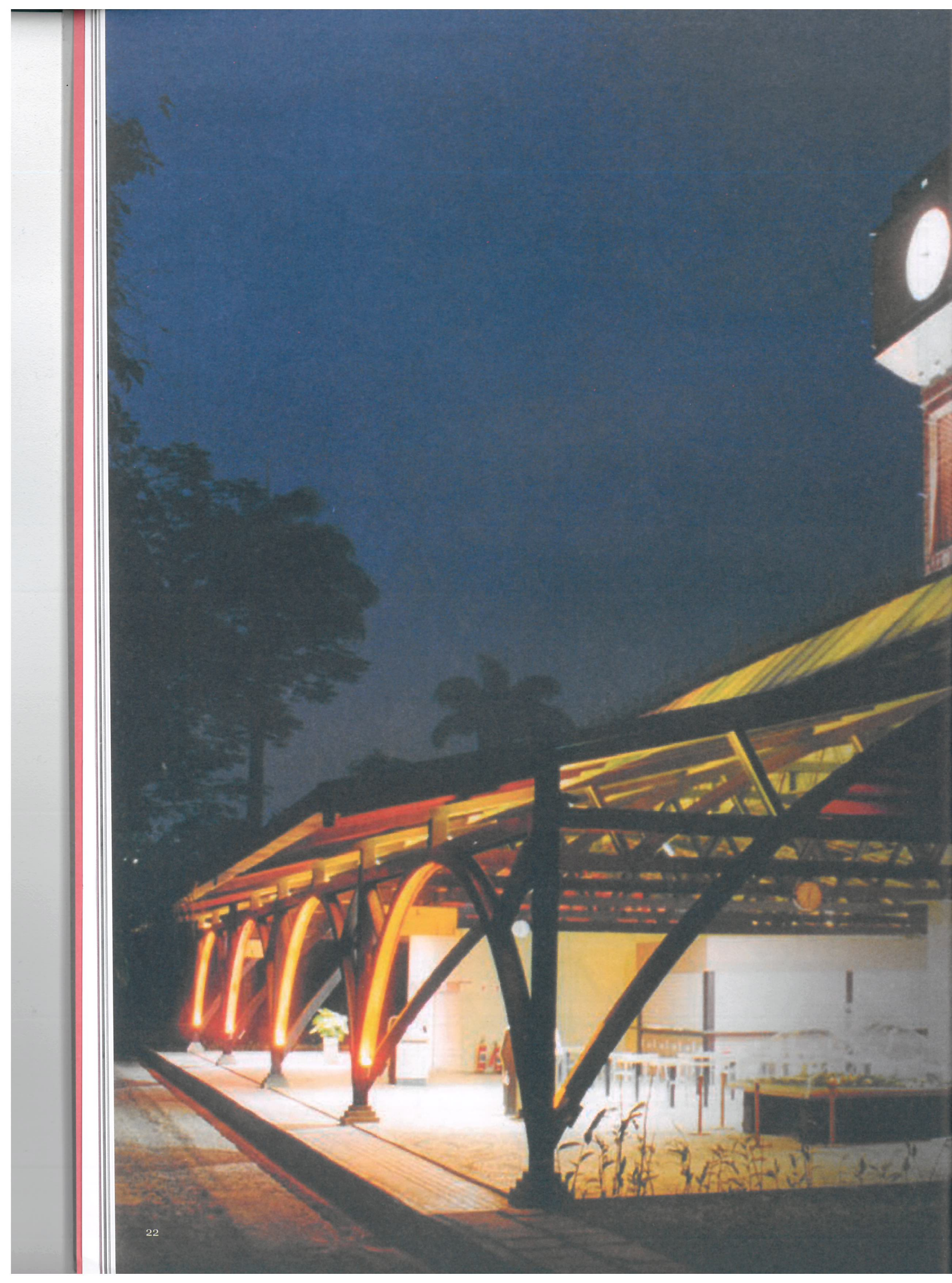
É com grande satisfação que apresentamos aos leitores o primeiro número impresso da Revista Restauro. Disponível em formato digital desde 2016, a Revista Restauro é um periódico independente voltado à publicação de artigos e entrevistas que tenham como foco as ações de preservação, conservação e restauro do patrimônio cultural, incluindo bens artísticos, museológicos, arquitetônicos e urbanos. Nosso intuito é construir um espaço acessível para abrigar discussões criteriosas sobre as questões envolvidas na preservação. Desse modo, além de contribuir para o fortalecimento do debate entre acadêmicos e profissionais, o objetivo desta edição especial é difundir amplamente a temática da preservação, convidando um público mais amplo a acompanhar e participar ativamente das ações em defesa de nossos bens culturais. Esse espaço de interlocução também pretende alcançar os proprietários de bens móveis e edifícios históricos, tombados ou não, tendo em vista a construção de alternativas para valorizar o patrimônio de modo responsável e economicamente viável. Diante da ampliação do conceito de bem cultural e do crescente envolvimento de diferentes atores sociais nos processos de identificação e valorização dos objetos patrimoniais, faz-se necessário um debate contínuo, coletivo e multidisciplinar sobre as principais indagações do campo da preser-

vação: o que preservar, por que, para quem e de que maneira. Na sequência dos processos de salvaguarda, contudo, é preciso frisar que quaisquer intervenções em bens culturais possuem dimensões teóricas e técnicas que não podem ser menosprezadas frente às demandas imediatistas veiculadas pelo mercado imobiliário, pelo turismo predatório ou pelas diversas modalidades de apelo político e midiático. Portanto, esse conhecimento especializado – que, em nosso entendimento, inclui tanto a formação institucionalizada quanto os saberes e fazeres tradicionais – deve ser difundido e empregado de maneira rigorosa e responsável, promovendo ações em favor da manutenção e fruição dos valores e significados atribuídos aos artefatos que desejamos preservar. Para tanto, além de buscarmos uma interlocução maior entre estudiosos, profissionais, proprietários, investidores e Estado, desejamos propagar amplamente esses conhecimentos e práticas entre os diferentes grupos sociais envolvidos na preservação. Acreditamos que o acesso à informação qualificada e a participação ativa nas discussões e decisões são ferramentas indispensáveis para que a sociedade adquira autonomia e efetivo protagonismo nos processos preservacionistas. É nesta direção que a Revista Restauro pretende contribuir.

AS EDITORAS

ÍNDICE

- 08 Lembrando a carreira de Benedito Lima de Toledo:**
um apaixonado pela arquitetura e pelos livros
Por Sílvia Alessio
- 12 Conservação preventiva:**
possibilidades e desafios
Por Maria Lucia Bressan Pinheiro
- 16 As obras de restauro da Capela de Santa Luzia**
Por Renato da Gama-Rosa Costa e Inês El-Jaick Andrade
- 24 Um olhar sobre as ações de preservação no Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos**
Por Renato da Gama-Rosa Costa e Inês El-Jaick Andrade
- 32 Personagem da elite Chimú:**
o caso de uma figura de prata
Por Luis Enrique Castillo Narrea
- 42 A preparação do Museu do Ipiranga para o Bicentenário da Independência em 2022**
Por Eduardo Ferroni, Pablo Hereñú, Paulo César Garcez Marins, Renata Vieira da Motta, Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho
- 58 O desenho pelas palavras:**
a lista do patrimônio mundial e seus critérios de seleção
Por Rosane Piccolo Loretto
- 64 A conservação de áreas arqueológicas:**
algumas considerações
Por Angela Rosch Rodrigues
- 70 E agora...**
Por Marly Rodrigues
- 76 O direito à cidade e o direito ao patrimônio urbano**
Por Manoela Rossinetti Rufinoni
- 82 A proteção do patrimônio edificado em Curitiba:**
novas perspectivas
Por Elizabeth Amorim de Castro e Maria da Graça Rodrigues Santos
- 88 O Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo em breve retrospectiva**
Por Raquel Schenkman
- 94 Tombamento da Casa Grande:**
edifício raro do sudoeste paulista
Por José Antonio Chinelato Zagato
- 98 Preservação da arquitetura moderna:**
limites e possibilidades de uma abordagem preventiva
Por Claudia S. Rodrigues de Carvalho
- 102 A transferência do direito de construir na gestão do patrimônio cultural em São Paulo**
Por Flavia Taliberti Peretto
- 106 Revista Restauro entrevista**
Caroline Naves
- 108 Revista Restauro entrevista**
Jorge Eduardo Lucena Tinoco



UM OLHAR SOBRE AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO NO NÚCLEO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DE MANGUINHOS

RENATO DA GAMA-ROSA COSTA
INÊS EL-JAICK ANDRADE

O período compreendido entre finais da década de 1970 e início da década seguinte traria avanços significativos para o campo do Patrimônio Cultural no Brasil. Após vinte e um anos em que o país viveu sob um regime autoritário e de exceção, a Constituição Cidadã de 1988 foi elaborada com a tarefa de garantir o restabelecimento de um estado democrático, com a responsabilidade de assegurar o direito dos cidadãos em diferentes setores, inclusive no que tange à compreensão da cultura e ao reconhecimento de instrumentos de preservação cultural.

O teor do artigo Art. 216 da Constituição, específico sobre a cultura, orientou uma nova frente de ações de salvaguarda nos institutos de preservação e na sociedade civil que repercutiram no final do século XX e início do século XXI. Um passo importante para sua redação foi a criação, pela primeira vez, de uma pasta para a cultura separada da educação, em 15 de março de 1985, por meio do decreto nº 91.144, do presidente José Sarney. A criação do Ministério da Cultura garantiu que os assuntos específicos fossem levados ao primeiro escalão do governo, ligado diretamente ao presidente, portanto com status político para defender orçamento, estrutura e ações do setor. A pasta conduziu as políticas públicas de cultura em âmbito federal e ficou responsável por sete entidades a ela vinculadas, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Esse movimento de debate em torno das questões culturais foi intensificado durante a Campanha das Diretas Já, mas teve origem na década de 1970, a partir da criação de secretarias de cultura em estados e municípios da federação. Reuniões entre secretários e gestores da área possibilitaram articulações e discussões que levantaram as demandas do setor, culminando no Fórum Nacional de Secretários de Cultura, que ocorreu em Curitiba,

em 1983^[1]. Também foi a partir da década de 1970, com a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), com sua utilização para fins turísticos, que a especialidade deixou de ficar restrita aos institutos de preservação. Segundo Nascimento^[2], a demanda por profissionais especializados era crescente e, por isso, foi dado fomento aos cursos de especialização que reuniram especialistas nacionais e internacionais, organizados pelo IPHAN em conjunto com universidades federais. Organizaram-se os Cursos de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (São Paulo 1974, Recife 1976, Belo Horizonte 1978), os quais foram um importante fórum de debates sobre a prática e a teoria da preservação na década de 1970. Contudo, a formação de novos quadros permanecia limitada, nas universidades, em razão da preservação arquitetônica não se constituir como disciplina específica. Quando era ministrada por professores vinculados aos quadros do IPHAN, ficava geralmente vinculada à história da arquitetura ou do Brasil. A preservação patrimonial só foi incluída no currículo mínimo dos cursos de graduação – sob a denominação de técnicas retrospectivas – a partir de 1994, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo (Portaria MEC 1770/94).

A concessão de bolsas de pesquisa no exterior também contribuiu para que muitos jovens arquitetos brasileiros se especializassem no campo do patrimônio. A partir da criação, em 1985, do Ministério da Cultura e do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ampliaria sua atuação, operando em diversas frentes, inclusive, conferindo igualdade de tratamento às ciências humanas e às ciências sociais aplicadas, com a introdução de novas áreas de conhecimento nas atividades de fomento. Neste contexto, o CNPq abria pela primeira vez um edital específico para bolsas de especialização, que be-

neficiou a área de conservação e restauração arquitetônica [3]. Uma geração de arquitetos teve a oportunidade de se especializar fora do país, em centros de excelência, como na Itália.

Desse grupo fizeram parte os primeiros arquitetos que se reuniram para formar o núcleo inicial dos trabalhos de preservação e conservação da Fundação Oswaldo Cruz, com sua sede central localizada em Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro. A Coordenação de Restauração (CooRes), futuro Departamento do Patrimônio Histórico, contaria com o assessoramento de diferentes especialistas ao longo do tempo para cumprir sua missão de proteger o patrimônio eclético da Fiocruz. Esse escopo foi ampliado ao longo dos anos, inclusive estabelecendo linhas de pesquisa sobre o tema e, também, cursos de pós-graduação, permanecendo vivo o compromisso e a responsabilidade de salvaguardar o patrimônio cultural das ciências e da saúde, tendo o patrimônio de Manguinhos como sua principal missão.

PERSPECTIVA HISTÓRICA DA ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO

O antigo Instituto Oswaldo Cruz, criado em 1900, foi transformado em Fundação em 1970. Assim, unidades governamentais vinculadas diretamente ao Ministério da Saúde, antes autônomas (e com suas próprias histórias) e que conviviam no mesmo campus, em Manguinhos, foram reestruturadas e passaram a conviver dentro de uma mesma jurisdição. A partir dessa junção de pequenas unidades e da transformação do antigo Instituto Oswaldo Cruz em Fundação Oswaldo Cruz, sentiu-se a necessidade, sob a gestão do economista Vinícius da Fonseca (1975-1979), de se iniciar um processo de valorização da memória institucional.

Foi realizado um trabalho de salvamento e de recuperação do acervo fotográfico histórico do instituto, de reformulação e ampliação de espaços museais e de diálogo com especialistas de órgãos de preservação do patrimônio arquitetônico do município do Rio de Janeiro – a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA). A intenção da presidência era realizar obras de restauração e conservação do Pavilhão Mourisco, contando com a colaboração e orientação da DPHA para a elaboração de um plano de trabalho, e indicação de firmas especializadas nos serviços de restauração, visto que a instituição ainda não contava com arquitetos especializados em seu quadro.

No entanto, foi somente a partir de 1980 que foi toma-

da uma medida decisiva de preservação: o tombamento federal dos edifícios mais significativos do chamado Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM). O pedido foi encaminhado pela própria presidência da Fiocruz, sendo acatado pelo IPHAN em 1981. Demorariam alguns anos para que as primeiras ações efetivas de preservação, calcadas no respeito às recomendações internacionais, fossem colocadas em prática. A preparação do pedido, encaminhado pela Presidência da Instituição, foi feita pelo museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, pois não existiam arquitetos na instituição atentos para esse entendimento. Ou seja, a questão patrimonial estava mais associada aos símbolos materiais ligados à memória da instituição do que propriamente às suas instalações [4].

O tombamento, em que se revelava a importância em nível nacional da arquitetura de Manguinhos, fez com que ações mais específicas de preservação arquitetônica fossem necessárias. As primeiras ações, coordenadas por arquitetos da instituição, se dariam entre 1986 e 1987, sob a gestão do médico sanitário Sergio Arouca (1985-1989), com o estabelecimento de uma primeira equipe, ligada a uma Coordenação de Restauração (CooRes) que respondia diretamente à presidência da Fiocruz.

Nessa mesma ocasião, se articulava a criação de uma unidade técnico-constructiva com a missão de valorizar e empreender ações de salvaguarda da memória institucional das ciências e da saúde brasileiras, com repercussão junto a iniciativas latino-americanas, a Casa de Oswaldo Cruz. Essa unidade não tardaria a incorporar, às suas atribuições, atividades de preservação do patrimônio arquitetônico da instituição, absorvendo a equipe inicial da CooRes e incorporando novos trabalhadores, dando início à conformação atual do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (DPH/COC/Fiocruz).

Analisando e comparando o histórico de mais de trinta anos de atividade a cargo do DPH (1986-2019), podemos estabelecer alguns recortes de sua atuação no campus da Fiocruz em Manguinhos (Figs. 1 e 2), que trazem à luz a conjuntura da instituição e do país, nos seus diferentes períodos. Um primeiro recorte vai do ano de 1986, data de início das suas atividades, até 1993, ano em que as obras passaram a ocorrer em acordo com a Lei 8666/1993, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública. A fase seguinte ocorreu entre 1994 e 1999, período em que os projetos e obras do DPH procuraram preparar as instalações sob a guarda da COC para receberem ações culturais, que

se concretizariam com a abertura do Museu da Vida, em 1999. A terceira fase inicia-se em 2000 e vai até 2013, por ocasião da elaboração do Plano de Ocupação da Área de Preservação do campus de Manguinhos (POAP), estabelecendo diretrizes para uso e ocupação da área de interesse histórico da instituição em Manguinhos. Finalmente, a última fase inicia-se em 2013 e chega aos dias de hoje, evidenciando ações de Conservação Preventiva e o lançamento do Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, com as obras de restauração da Cavaleriça e a perspectiva do novo projeto de ar condicionado e detecção de incêndio do Pavilhão Mourisco.

A primeira obra ocorreu em 1986 com o propósito de adaptar o Pavilhão do Relógio (ou Pavilhão da Peste) para abrigar a direção da nova unidade, a COC. Logo no ano seguinte, foram também realizadas obras de adaptação da antiga cocheira, a Cavaleriça, para uso museológico.

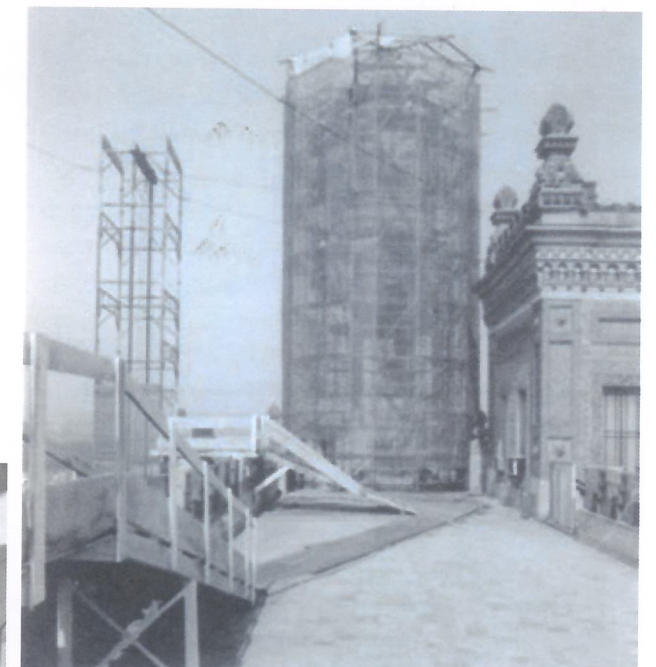
1. Obra de restauração da Cavaleriça no ano de 1987, para abrigar espaço museológico da Casa de Oswaldo Cruz (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).



2. Segunda obra de restauração da Cavaleriça, realizada em 2015, já como parte do plano de requalificação do NAHM (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).

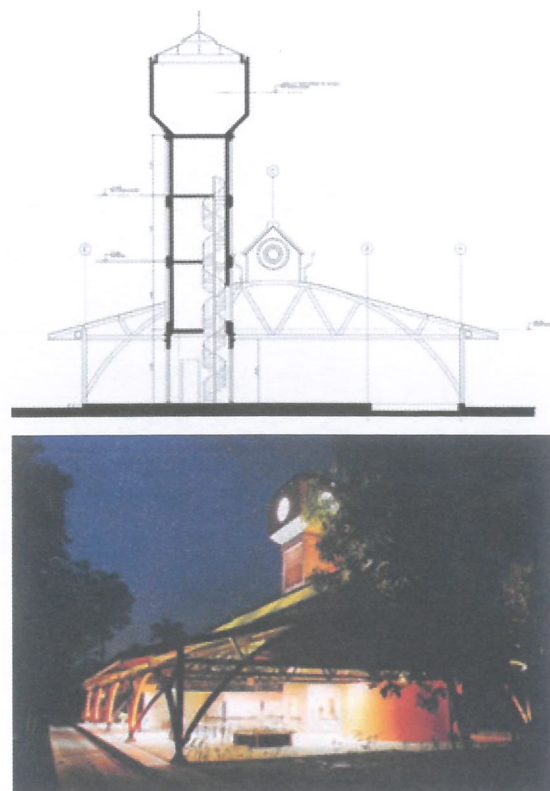
Entre 1987 e 1991, foram realizadas obras emergenciais para a salvaguarda dos principais edifícios históricos da unidade, com maior protagonismo de seu edifício principal, o Pavilhão Mourisco ou o Castelo da Fiocruz, como a impermeabilização dos terraços, restauração das ameias e torres das muretas e a restauração das torres Norte (Figs. 3, 4 e 5) e Sul, entre 1986 e 1992.

3. Obra de restauração da Torre Norte, realizada entre 1987 e 1989, que contou com consultoria de análise da estrutura de ferro, que apresentava avançado estado de deterioração. A reparação da estrutura obrigou a retirada dos revestimentos originais de argamassa cimentícia (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).



4-5. O estado avançado de degradação do revestimento original comprometia a integridade da torre, obrigando sua substituição por réplicas fabricadas em canteiro (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).

Na fase seguinte, os projetos foram elaborados para atender ao propósito institucional de preparar as áreas históricas da Fiocruz para receber a população do Rio de Janeiro, que culminaria com a abertura do Museu da Vida, em 1999. Este passaria a oferecer ao público tanto espaços históricos adaptados ao uso cultural e museal, como o Pombal, a Cavaleriça e o Castelo; quanto novos espaços inseridos em área de proteção cultural do campus de Manguinhos, como o anexo da Cavaleriça, o Centro de Recepção de visitantes (Figs. 6 e 7), a Tenda da Ciência e o Parque da Ciência ^[5].



6-7. O projeto do Centro de Recepção procurou reproduzir elementos de referência da arquitetura do NAHM para possibilitar uma leitura mais homogênea do conjunto histórico (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).

Em 2000, ocorreram as festividades de celebração de 100 anos da Fiocruz, ocasião em que se percebe, nas ações do DPH, uma ampliação do escopo de sua atuação. Foram realizadas pesquisas sobre a história da Fiocruz, pelo ponto de vista das transformações arquitetônicas e urbanísticas ocorridas na sua sede, no Rio de Janeiro ^[6], e sobre o patrimônio moderno da Fiocruz. Essa última pesquisa teve como consequência o tombamento, pelo Estado do Rio de Janeiro, em 2001, de dois importantes edifícios construídos nas décadas de 1940 e 1950, de autoria de Jorge Ferreira: o Refeitório Central (Menção na Bienal de Arquitetura de São Paulo, em 1953) e o Pavilhão de Cursos Arthur Neiva. Nesse mesmo período se iniciava uma pesquisa acerca das instituições de saúde e

seu patrimônio arquitetônico que envolveria pesquisadores de diferentes estados da nação, em consonância com as ações do Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde ^[7], originando publicações entre os anos 2008 e 2011.

Tal período também foi marcante para os trabalhos do departamento conduzidos no campo da educação patrimonial, com iniciativas importantes como a criação do projeto Oficina Escola, em 2006, nos moldes das "escuelas taller", voltado para jovens entre 16 e 22 anos de idade em situação de vulnerabilidade social ^[8]. A iniciativa, voltada ao ensino teórico-prático para a capacitação de mão de obra em ofícios de restauração viabilizou sua primeira turma em 2007, a partir de recursos de edital lançado pelo Programa Monumenta, do Ministério da Cultura. Esse programa representou um marco nas ações planejadas de recuperação e preservação do patrimônio com vistas ao desenvolvimento social e beneficiou diversas cidades brasileiras e experiências semelhantes de Oficina Escola (Fig. 8).



8. Oficina de estuque ornamental ministrada pelo artífice Adorcino Pereira da Silva, em 2009 (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).

Um importante trabalho que demonstra o movimento de crescimento que a instituição passou no período foi o processo de elaboração do Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Manguinhos, exigência do IPHAN frente aos projetos da Presidência da Fiocruz. O plano proposto tinha como premissa a ordenação da área de interesse do campus dando ênfase na proteção, conservação e valoração do patrimônio construído. Foi uma oportunidade de se pensar uma nova ocupação dos espaços históricos de maneira integrada entre as diversas demandas do edifício e os objetivos da exposição.

Também foi nesse período que se estabeleceu um contrato com uma firma de manutenção predial, que possibilitou a prática da rotina de conservação nas edificações de interesse histórico, sob fiscalização direta do DPH/COC (Fig. 9). No entanto, projetos de restauração ainda seriam uma realidade no período frente às demandas acumuladas.



9. Equipe de conservação atuando em operações de investigação de camadas pictóricas na Casa de Chá (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).

O ano de 2013 foi significativo, pois ocorreu o lançamento da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. A elaboração contou com a participação de integrantes do DPH/COC, em uma iniciativa que procurou envolver os demais tipos de acervo que compõem o universo da unidade e que teve como um de seus princípios a conservação preventiva. A iniciativa foi sucedida pelo lançamento do projeto Preservo: Complexo de Acervos da Fiocruz, em 2014, e pela elaboração da Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz, em 2018.

A ênfase na conservação preventiva tem conduzido as pesquisas e ações do DPH nestes últimos anos, sobretudo, no compromisso assumido de elaborar os planos de conservação preventiva das edificações de interesse histórico. Em 2015, o DPH foi contemplado com financiamento do programa *Conserving Modern Architecture Initiative: Keeping it Modern*, da Fundação Getty, para realizar estudos para subsidiar a elaboração de um plano de conservação preventiva para o Pavilhão Arthur Neiva (Fig. 10).



10. Vista do Pavilhão Arthur Neiva e do painel de azulejos de autoria de Roberto Burle Marx. (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).

Para os próximos anos, o DPH planejou uma série de intervenções em edificações históricas, vinculadas ao Plano de Requalificação do NAHM, lançado em 2015. Esse plano é guiado pelo conceito de campus-parque, que visa pensar o campus de Manguinhos enquanto um espaço vivo, acolhedor e dinâmico para trabalhadores e visitantes. Dentro dessa visão, a cavaleriça foi restaurada em 2015 para abrigar futuramente uma nova exposição (Figs. 11 e 12). A próxima etapa de trabalho prevê a implantação de um sistema de detecção e prevenção de incêndio e de climatização na Cavaleriça e no Pavilhão Mourisco, contando com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



11-12. Obra de intervenção na Cavaleriça que contou com programa de educação patrimonial, que incluía ações desde a instalação de tapumes informativos, até visitas guiadas em forma de canteiro aberto (fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz).

Desde a criação do DPH, ações voltadas para a preservação têm sido encampadas pelo grupo de técnicos e têm contribuído para despertar a conscientização de gestores e usuários sobre a necessidade de manter a integridade das edificações tombadas e as de interesse para a preservação. Nos últimos dez anos, a sua área de competência foi ampliada, mas entre suas missões permanece o objetivo de preservar e divulgar o patrimônio cultural edificado da saúde da Fiocruz (Fig. 13).



13. Vista do terraço do 7º pavimento do Pavilhão Mourisco, vendo ao fundo parte da cidade do Rio de Janeiro (foto de Rosio Moyano. Acervo Fiocruz).

Notas

[1] FERRON, Fabio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil*. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 31, n. 1, p. 173-193, 2019.

[2] NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.24, n.1, p. 205-236, jan.-abr. 2016.

[3] MELLO, Maria Cristina Fernandes (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. Fundado em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) passou a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a mesma sigla, a partir de 1974.

[4] RIBEIRO, Luiz Fernando Fernandes. *Conjunto Arquitetural de Manguinhos*. In: BRASIL. Proc. nº 1.037-T-80. *Pedido de tombamento: Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos)*. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

[5] BEVILAQUA, Diego Vaz; RAMALHO, Marina; ALCÂNTARA, Rita e COSTA, Tereza (Orgs.). *Museu da Vida: ciência e arte em Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

[6] OLIVEIRA, Benedito Tadeu de; COSTA, Renato da Gama Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. *Um lugar para a ciência: a formação do Campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, v. 1.

[7] HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE. *Termo de constituição da Rede Latino-americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, elaborado pelo Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde, que se reuniu durante a 4ª Reunião de Coordenação Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) / 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (CRICS), na cidade de Salvador (BA), em 2005.*

[8] Projeto iniciado em 1999. A partir de 2010, o projeto passou a funcionar de acordo com outra formatação, público alvo e proposta pedagógica.

Renato da Gama-Rosa Costa é arquiteto e urbanista (UFF, 1987), com doutorado em Urbanismo (UFRJ, 2006). Atualmente, é coordenador do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, e coordenador do Docomomo Brasil. Ingressou no Departamento de Patrimônio Histórico da FOC/Fiocruz em 1987, onde atua como pesquisador desde 2002. E-mail: renato.gamarsa@fiocruz.br

Inês El-Jaick Andrade é arquiteta e urbanista (UFRJ, 2001), com doutorado em Arquitetura e Urbanismo (USP, 2009). Docente do curso de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. É tecnóloga do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz desde 2006. E-mail: ines.andrade@fiocruz.br